

# TESES



**24 A 26 DE FEVEREIRO DE 2016 - BRASÍLIA**

Centro de Convenções Ulysses Guimarães

# DESENVOLVIMENTO, INDEPENDÊNCIA E JUSTIÇA SOCIAL

Valorizar o trabalho como direito fundamental do cidadão, fortalecer o Estado para promover o desenvolvimento e libertar o setor produtivo e público das amarras do sistema financeiro são elementos essenciais para construir um Brasil sem miséria e com oportunidades para os filhos da classe operária e **para todo o povo brasileiro.**

## Expediente

### **CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB**

CNPJ/MF SOB Nº 09.414.140/0001-80

*Diretor-presidente:* Antonio Neto

- *SEDE:* Av. Auro Soares de Moura Andrade, 252, cjs. 91 e 92 - Barra Funda - São Paulo - SP - Brasil - CEP 01156-001 - *BRASÍLIA:* SCS Quadra 07, Bloco A, Nº 100, salas 1.113 a 1.115 Edifício Torre do Pátio Brasil – CEP 70307-902 - Brasília-DF - Telefone: (61) 3034-0990
- *Tel.:* (11) 2384-5705 / 5706 *Site:* [www.csbbrasil.org.br](http://www.csbbrasil.org.br)
- *E-mail:* [csbbrasil@csbbrasil.org.br](mailto:csbbrasil@csbbrasil.org.br)
- *Redação:* Antonio Neto e Alessandro Rodrigues
- *Projeto Gráfico:* In Time • *Diagramação:* Jey Castro
- *Fotos:* Equipe In Time
- *Edição, Revisão e Produção Gráfica:* In Time Comunicação  
*Tel.:* (11) 5080-0670 - [www.intimecom.com.br](http://www.intimecom.com.br)
- *Tiragem:* 3 mil exemplares

# SUMÁRIO

**05** | MENSAGEM DO PRESIDENTE

**06** | INTRODUÇÃO

**08** | A ERA VARGAS E A INDEPENDÊNCIA

**10** | A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

**11** | ATAQUE AOS DIREITOS  
TRABALHISTAS E SOCIAIS

**13** | SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

**16** | DESINDUSTRIALIZAÇÃO,  
CAUSAS E SOLUÇÕES

**19** | TECNOLOGIA

**20** | SERVIÇO PÚBLICO: O ESTADO  
PARA QUEM PRECISA

**20** | TRABALHADORES DO CAMPO  
E REFORMA AGRÁRIA

**21** | DIREITOS SINDICAIS E  
NEGOCIAÇÃO COLETIVA

**23** | BANDEIRAS DE LUTA

**37** | CARTA DE PRINCÍPIOS



ORDEM E PROGRESSO

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Congresso é sublime para qualquer entidade. Além de ser um momento de intensa discussão política e debate de ideias, é uma grande oportunidade de a entidade se aproximar cada vez mais das bases e abrir relações com os entes políticos.

Em 2016, a Central que mais cresce e que, certamente, estará no topo da representação sindical do Brasil, debaterá temas fundamentais para a nossa sociedade.

Queremos a sua participação, o seu empenho e contribuição para construir um projeto e uma pauta de lutas para que o nosso País supere as barreiras que nos impedem de avançar e desfrutar do Brasil que sempre sonhamos.

**Vamos à luta!**

Seja bem-vindo ao II Congresso da **CSB**!

*Antonio Neto*

**PRESIDENTE DA CSB**



# INTRODUÇÃO

*O BRASIL FOI O ÚLTIMO PAÍS INDEPENDENTE DO CONTINENTE AMERICANO A ABOLIR COMPLETAMENTE A ESCRAVATURA. FORAM DÉCADAS DE LUTAS E LEVANTES PARA QUE ISSO OCORRESSE.*

---

Contudo, muito antes de 1888, já existia um movimento expressivo na sociedade brasileira para abolir esta aberração. A sociedade já estava convencida da necessidade do seu fim, exceto para uma minúscula parcela da elite.

Setores do poder dominante chegavam a concordar que a escravidão era um crime inominável, que era desumano e inaceitável, tamanha a atrocidade, mas alegavam que tal sistema era necessário para manter a competitividade do País e impedir a derrocada econômica.

Diante do avanço das forças progressistas e com o espaço diminuindo para os escravagistas, a elite passou a utilizar medidas paliativas com o objetivo de evitar o fim da escravidão. Em 1871, foi estabelecida a Lei do Ventre Livre, que na prática não libertou ninguém.

Depois inventaram a Lei dos Sexagenários, na qual promovia-se a libertação dos escravos com mais de 60 anos, para três anos depois conquistarmos a Lei Áurea, que, aliás, foi um dos principais motivos para a derubada da Monarquia.

Chegou a abolição, um grande movimento social, cujo significado deve ser destacado. Mas nem mesmo ela promoveu a libertação dos escravos. Eles foram jogados à margem da sociedade, substituídos pelos escravos brancos, mostrando que os exploradores nunca desistem, querem manter seu lucro a qualquer custo.

Pior ainda, foi necessário mais de um século para o Congresso brasileiro abolir, parcialmente, um dos resquícios daquela época por meio da aprovação da PEC das Domésticas, comprovando a tese de que a elite sempre resiste em permitir toda e qualquer abolição da escravidão.

Isso nos mostra o quanto o nosso povo foi explorado e o quão difícil foi superar as forças oligárquicas. Felizmente, vencemos. Estamos agora diante de novos desafios, sobretudo na luta para ampliar nossos direitos e para romper com o sistema de exploração implantado pelos países centrais, deixando os trabalhadores brasileiros submetidos a um sistema de exploração desumano e baseado na busca do lucro extremo.

A luta pela independência econômica dos países em desenvolvimento é a questão principal a ser resolvida. O ilustre e grande mestre Samuel Pinheiro Guimarães afirma que

*"O Estado era e é ainda hoje o resultado do embate das classes hegemônicas, ainda que dentro delas haja uma disputa permanente pela liderança com as demais classes sociais para organizar as atividades sociais e para regular a distribuição dos recursos resultantes das atividades produtivas."*

Em sua obra "Quinhentos anos de Periferia", Guimarães aborda o tema das "estruturas hegemônicas" na esfera internacional, acentuando o centro das decisões e movimentações aos Estados hegemônicos e suas estratégias para manter e ampliar o poder de controle sobre os países periféricos.

Lenin, no seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista, acentua que, em determinado momento de seu desenvolvimento, as forças do capital financeiro tomariam o controle, ou até mesmo abandonariam, os Estados imperiais que eram utilizados para imprimir a sua dominação sobre as demais nações.

A crise norte-americana, a diminuição de sua influência sobre grande parte da humanidade, a quebra e dificuldades vividas pela Europa e a transferência da influência econômica e comercial para a China apontam que este fenômeno (dominação do capital financeiro especulativo) pode estar próximo de seu ápice.

Existem vários estudos que indicam uma forte concentração de poder na economia mundial. Vivemos sob a forte influência e controle de cada vez menos grupos econômicos.

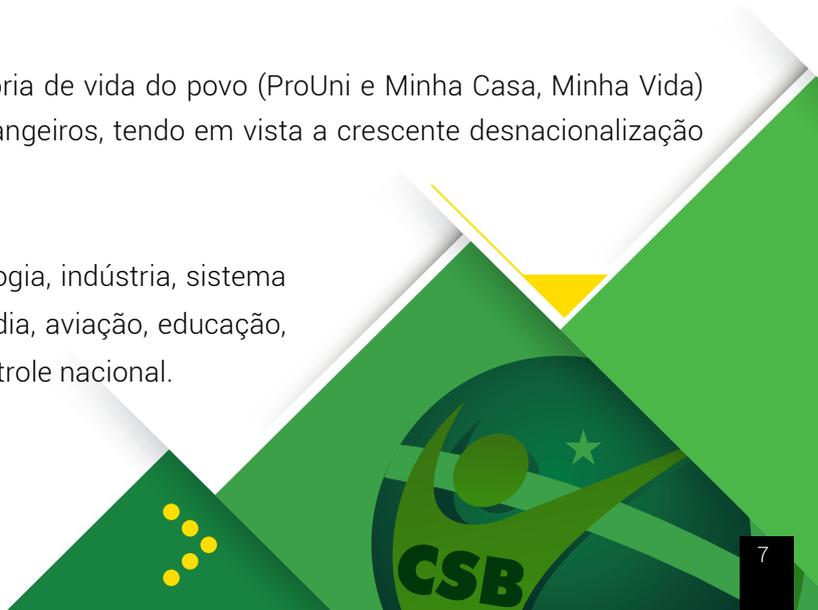
Muitos falam que a China exerce grande controle sobre os mercados, mas não é verdade. Segundo dados do próprio serviço alfandegário chinês, cerca de 60% das exportações do país são controladas por empresas estrangeiras, grupos que abandonaram os EUA e a Europa para produzir seus produtos no território asiático.

No nosso País, isso não é diferente. A dominação externa sobre nossa cadeia produtiva é cada vez maior. O governo Dilma esboçou, no primeiro mandato, um processo positivo, tentando arrancar concessões desta casta dominadora, mas nem mesmo estes pequenos movimentos foram permitidos. Após a eleição de 2014, visivelmente ocorreu uma reorganização das forças externas no sentido de ampliar e aprofundar a desnacionalização da economia, buscando minar os focos de resistência estabelecidos no Pré-Sal e na obrigatoriedade de fornecimento de produtos produzidos no Brasil para a Petrobras, mesmo que isso não signifique a nacionalização e desenvolvimento tecnológico, pois ainda estamos trazendo empresas estrangeiras para produzir no País.

No primeiro mandato de Dilma, iniciamos uma política de redução dos juros. As pressões dos monopólios reverteram este movimento. Na atualidade, temos os juros mais altos do mundo e aproximadamente 47% do nosso orçamento são destinados ao capital especulativo. A insinuação de uma simples redução desperta a ira destes setores.

As duas principais políticas do Estado para a melhoria de vida do povo (ProUni e Minha Casa, Minha Vida) foram dominadas por grupos de "investidores" estrangeiros, tendo em vista a crescente desnacionalização das universidades e das construtoras.

Enfim, produção agrícola, etanol, serviços de tecnologia, indústria, sistema financeiro, telecomunicações, minérios, parte da mídia, aviação, educação, fármacos, agora, a saúde. Nada mais está sob o controle nacional.



## A ERA VARGAS E A INDEPENDÊNCIA

A INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA É UM ETERNO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, UMA SUCESSÃO DE CICLOS QUE SE AMPLIAM, QUE NÃO RARO SE RENOVAM, E QUE PARECEM DESCONHECER QUALQUER TERMO FINAL.

---

Em discurso proferido em 1951, o presidente Getúlio Vargas aponta que a independência econômica é a questão decisiva para a libertação de qualquer nação:

*“A independência política é um ato de força, que se prepara como revolução e que se concretiza num instante decisivo, criando uma nova ordem jurídica e traçando sobre o mapa continental os limites de uma nova soberania. Uma vez conquistada, ela se impõe como fato e como direito, e os seus efeitos perderam, desde que o povo, que se fez independente, saiba conservar – como nós temos sabido – o bem que adquiriu.*

*Muito diversa é a independência econômica. Não provém de uma revolução, mas de um processo evolutivo, que se vai completando a pouco e pouco. Não cria uma nova ordem jurídica, porém transforma lentamente a ordem já criada, procurando adaptar o formalismo das normas às exigências materiais da vida humana em sociedade. Não traça no mapa das nações nenhum limite novo de soberania, mas delimita, dentro do próprio meio social, a independência real do indivíduo e as condições fundamentais da vida – o bem-estar, a felicidade, os confortos indispensáveis à fecundidade do trabalho e, de modo geral, aquele princípio equitativo que aconselha uma gradativa e proporcional distribuição da riqueza, dos bens materiais e das amenidades da existência entre os que trabalham e produzem.*

*Essa tarefa não é obra de uma geração, nem apanágio de um século: é uma soma infinita de esforços sucessivos, é produto de um longo período de adaptação às circunstâncias da vida em comum e às condições da própria economia mundial. A bem dizer, a independência econômica não tem um dia decisivo de ultimar-se, não pode fixar-se numa única data histórica, como a independência política, que hoje celebramos com o mesmo orgulho e o mesmo entusiasmo com que temos feito há cerca de cento e trinta anos.*

*A independência econômica é um eterno processo de desenvolvimento, uma sucessão de ciclos que se ampliam, que não raro se renovam, e que parecem desconhecer qualquer termo final. Para sustentá-la, portanto, para consolidá-la e para dilatá-la, é preciso manter sempre aceso o fogo sagrado e vigilante do nosso patriotismo e do nosso devotamento à causa pública. Todo novo governo tem por missão vencer mais uma fase desse processo: e o caminho percorrido será tanto maior quanto melhor forem assimiladas e compreendidas as grandes necessidades populares. Aproximar-se do povo, auscultar-lhe as*

*aspirações profundas, sentir-lhe a miséria, o sofrimento, o clamor de desespero que se levanta das camadas desfavorecidas da fortuna, acompanhar de perto os reclamos da subsistência individual, penetrar nas crises profissionais e domésticas, ouvir os apelos que saem dos lares, das oficinas, das fábricas, das escolas, das fazendas e dos campos; procurar resolver as crises, melhorar as condições de vida, aumentar o conforto e a assistência aos que trabalham, proporcionar a todos os homens padrões mais altos de existência e igualdade de oportunidade na luta pelo pão cotidiano – essa é a grande e primordial missão de todos os governos.*

*E, fazendo isso, estamos construindo lentamente a independência econômica e lutando contra os seus principais inimigos, que são o imperialismo, na esfera internacional, e a exploração do homem pelo homem, no meio interno.”*

Os ensinamentos do presidente Getúlio Vargas permanecem extremamente atuais, uma vez que, como ele apontou, são elementos que perduram por séculos.

Somente estes preceitos já tornariam Getúlio uma das maiores, se não a maior, personalidades da história do nosso País. Mas Getúlio é muito mais: Getúlio é o Brasil, independente, soberano e trabalhista. Getúlio sempre esteve vivo. Sua obra é o próprio Brasil.

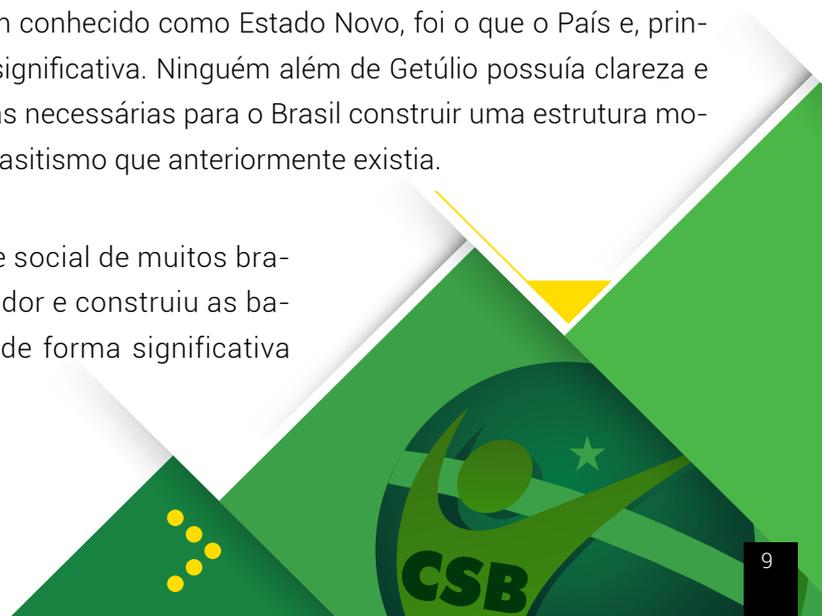
Na esteira revolucionária dos ideais getulistas, muitos avanços foram conquistados pelo movimento sindical e, conseqüentemente, pelos trabalhadores. E as principais conquistas vieram com o Estado Novo, período mais contestado do estadista.

Embora o próprio Getúlio tenha se referido à “Ditadura do Estado Novo”, este termo – ou esta concepção – não reflete a verdade e o significado daquela época que, certamente, foi o período mais importante, revolucionário e significativo de toda a Era Vargas.

Neste momento, Getúlio foi obrigado pela conjuntura a evitar a ascensão fascista ao governo e, por consequência, conseguir imprimir no governo uma verdadeira reforma, criando as estruturas econômicas e sociais para soldar as bases de nosso desenvolvimento.

O período compreendido entre 1937 e 1945, também conhecido como Estado Novo, foi o que o País e, principalmente, os trabalhadores avançaram de forma significativa. Ninguém além de Getúlio possuía clareza e força política suficientes para promover as mudanças necessárias para o Brasil construir uma estrutura moderna de administração do Estado, pondo fim ao parasitismo que anteriormente existia.

O Estado Novo, promoveu a ascensão econômica e social de muitos brasileiros, criou a legislação para proteger o trabalhador e construiu as bases do nosso desenvolvimento, que se estendeu de forma significativa até os anos 1980.



No Estado Novo foram criados o Ministério da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Conselho Federal do Comércio Exterior, a lei da sociedade anônima e a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Na obra de modernização das forças armadas, destaca-se a criação de fábricas de armamentos para reduzir a dependência externa. O Decreto-lei 395, de 29 de abril de 1938, declara de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo, torna de competência exclusiva do governo federal a regulamentação da indústria do petróleo e cria o Conselho Nacional do Petróleo. Foi construída e entregue a estrada Rio-Bahia, a primeira ligação rodoviária entre o Centro-Sul e o Nordeste do Brasil. Foi construída, por Getúlio, a "Rodovia Transnordestina", atual BR-116.

Foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma obra que não terminou em suas cláusulas, mas que serviu de base para todos os avanços legislativos e conquistas oriundas da organização dos sindicatos, instituições resguardadas e protegidas contra atentados autoritários. Getúlio Vargas criou, no Estado Novo, a Justiça do Trabalho. Criou o salário mínimo e concedeu a estabilidade no emprego do trabalhador após dez anos no emprego.

Estas e outras realizações, sem falar da reforma geral do Estado, código eleitoral, voto da mulher, entre outros, são alguns exemplos de como Vargas conseguiu ser ele mesmo, implementando seu projeto. O Estado Novo, fazendo um paralelo com o slogan de Kubitschek, representou um avanço de 80 anos em 8.

## **A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ (1988)**

*A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ EXPRESSOU AS NECESSIDADES E OS ANSEIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, EM ESPECIAL, NA SOBREPOSIÇÃO DOS DIREITOS ELEMENTARES DO SER HUMANO DIANTE DAS POSSÍVEIS FORÇAS DE EXPLORAÇÃO SOBRE O PRÓXIMO.*

A Constituinte de 1988 foi um dos processos mais democráticos, profundos e modificadores da nossa história recente. Foi o momento em que o País se rediscutiu, revisou seus preceitos e estabeleceu os parâmetros para assegurar os direitos essenciais da sociedade, sobretudo do ponto de vista das liberdades democráticas.

A Constituição Cidadã expressou as necessidades e os anseios da sociedade brasileira, em especial, na sobreposição dos direitos elementares do ser humano diante das possíveis forças de exploração sobre o próximo.

Com a publicação da Carta Magna, concluímos o projeto dos positivistas brasileiros, que desde o Império tentavam estabelecer os direitos elementares do cidadão na Suprema Legislação do País. Se a consigna positivista cravejou nossa bandeira (Ordem e Progresso), os conceitos de justiça, fraternidade, solidariedade e desenvolvimento, idealizados por esta corrente de pensamento, foram estampados na Constituição.

Consagramos direitos adquiridos, consolidamos anseios sociais e pavimentamos o caminho para os avanços que

vieram sequencialmente. Estabelecemos ainda, no campo econômico, pilares estruturais que, infelizmente, ainda não foram postos em prática e hoje se transformaram no principal entrave para o nosso desenvolvimento, em especial, no que se refere aos abusos do sistema financeiro.

Na esfera social, asseguramos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, entre outros direitos que fundamentaram programas que libertaram milhões de brasileiros do desamparo histórico a que foram submetidos.

No campo sindical, asseguramos os princípios elementares para fortalecer as entidades sindicais e as lutas dos trabalhadores, consagrando o direito de greve, a redução da jornada de trabalho para 44 horas, mantendo a unicidade sindical e a contribuição compulsória, instrumentos fundamentais para a independência dos trabalhadores.

Embasado nestes pilares, aliados a políticas progressistas implementadas nos últimos anos, é que o País conseguiu avançar, integrando e promovendo a melhora na vida de milhões de brasileiros, que passaram a formar um mercado consumidor de extrema importância mundial. Nada menos que 50% da população brasileira integram o grupo classificado de classe média. São pessoas que há pouco tempo viviam sob o esmagamento social, sob a incapacidade de consumo e diante da condescendência política, fatores que os deslocavam de qualquer tipo de exigência.

Estes avanços são o resultado prático dos direitos assegurados na Constituição de 1988.

Esta massa de "novos brasileiros" passou a vislumbrar e a sonhar com novas conquistas. Estes milhões de brasileiros e outros milhares que ainda permanecem sob a penúria exigem e necessitam que o País avance mais e, principalmente, mais rápido. Estes brasileiros exigem mais qualidade na educação, na saúde, na habitação, no transporte coletivo, no saneamento, ou seja, exigem mais e melhores serviços públicos.

Para atender a estas necessidades, não há outra maneira senão por dois atores principais: **O ENTE PÚBLICO E O ENTE PRIVADO.**

## **ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS**

*SOB A TUTELA DO CAPITAL FINANCEIRO, QUE DOMINA 47% DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, A ELITE TENTA CORTAR DIREITOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E SOCIAIS, ALÉM DE SUPRIMIR SALÁRIOS E AUMENTAR A MISÉRIA.*

Na atualidade, vivemos um clima tenso politicamente. A direita se movimenta com grande tranquilidade, enquanto setores da esquerda batem cabeça e mostram que não aprenderam nada com os erros cometidos no passado.



É inegável que conquistamos importantes avanços nos governos Lula e Dilma. Mais de 36 milhões de brasileiros foram tirados da extrema pobreza por meio das mais de 14 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família. Geramos empregos, crescemos e avançamos.

Mas antes de assumir novo mandato, o governo não titubeou em encaminhar duas MPs (664 e 665), que efetivamente cortam direitos dos trabalhadores, rompendo compromissos. Diante de tamanha perversidade, uma parcela do movimento sindical se calou. Criou uma cortina de fumaça para evitar o embate.

A onda de regressão social se acentuou com as operações que atingiram a Petrobras. A economia entrou em recessão, o desemprego aumentou, os erros grosseiros da cúpula do governo ampliaram seu desgaste e a crise política paralisou o País, levando o governo eleito a optar pela aliança com o capital financeiro, ampliando seus ganhos e amplificando as vozes das reformas contrárias aos trabalhadores.

Entramos numa nova situação, na qual a resistência tomou o lugar da luta por ascensão. Não é segredo algum que existe um forte movimento no sentido de retirar direitos trabalhistas e sociais.

Há mais de duas décadas, o movimento sindical luta para aprovar projetos que melhorem as condições de vida dos trabalhadores brasileiros. Mas todos estão paralisados. Um dos casos mais gritantes é a redução da jornada de trabalho. É difícil encontrar no País alguém que seja contra esta medida, pois ela é justa e inadiável.

Contudo, uma pequena parcela da elite brasileira, muitos deles netos e bisnetos dos mesmos que adiaram a abolição da escravatura, consegue barrar esta justa e salutar medida para o País e o povo. Usam de sua influência econômica e as mesmas alegações de seus avós.

O mesmo ocorre com a regulamentação da prestação de serviços especializados que, sem lei, deixa à margem da sociedade uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros.

Redução da jornada, direito de negociação coletiva para o servidor público, fim da demissão imotivada, atualização da tabela do imposto de renda e correção da Tabela do FGTS também são temas que geram ojeriza em poucos e suspiros em milhões de brasileiros.

Mas, como o fim da escravidão, a aprovação destas medidas será conquistada. É apenas uma questão de tempo. Urge, portanto, ampliarmos a mobilização, resistirmos neste momento para retomarmos o protagonismo e a força que permitam novos avanços.

Estes trarão justiça social, com base na ampliação dos direitos trabalhistas, da massa salarial e do poder de compra dos trabalhadores, pontos importantes e cruciais para o fortalecimento do mercado interno brasileiro.

O caminho da justiça social e da ampliação dos direitos sempre será nossa principal bandeira.

Neste sentido, não é preciso tecer grandes teorias para justificar sua importância. Basta recorrer às palavras do Papa Francisco:

*“Os seres humanos e a natureza não devem estar a serviço do dinheiro. Digamos NÃO a uma economia de exclusão e desigualdade, em que o dinheiro reina*

*em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra.*

*A economia não deveria ser um mecanismo de acumulação, mas a condigna administração da casa comum. Isto implica cuidar zelosamente da casa e distribuir adequadamente os bens entre todos. A sua finalidade não é unicamente garantir o alimento ou um "decoroso sustento". Não é sequer, embora fosse já um grande passo, garantir o acesso aos "3 T (Trabalho, Teto e Terra)" pelos quais combatéis. Uma economia verdadeiramente comunitária – poder-se-ia dizer uma economia de inspiração cristã – deve garantir aos povos dignidade, prosperidade e civilização em seus múltiplos aspectos. Isto envolve os "3 T", mas também acesso à educação, à saúde, à inovação, às manifestações artísticas e culturais, à comunicação, ao desporto e à recreação. Uma economia justa deve criar as condições para que cada pessoa possa gozar duma infância sem privações, desenvolver os seus talentos durante a juventude, trabalhar com plenos direitos durante os anos de atividade e ter acesso a uma digna aposentadoria na velhice. É uma economia em que o ser humano, em harmonia com a natureza, estrutura todo o sistema de produção e distribuição de tal modo que as capacidades e necessidades de cada um encontrem um apoio adequado no ser social. Vós – e outros povos também – resumis este anseio duma maneira simples e bela: viver bem."*

## SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

*DEUTERONÔMIO 23.20 – "AO ESTRANGEIRO EMPRESTARÁS COM JUROS, PORÉM A TEU IRMÃO NÃO EMPRESTARÁS COM JUROS, PARA QUE O SENHOR, TEU DEUS, TE ABENÇOE EM TODOS OS TEUS EMPREENDIMENTOS NA TERRA A QUAL PASSAS A POSSUIR."*

Analisando os números, é possível afirmar que o Brasil, nas últimas duas décadas, tem apresentado ciclos econômicos que se destacam por um crescimento modesto ou inexistente, demonstrando a sua incapacidade de engrenar uma ascensão duradora no desenvolvimento e crescimento sustentáveis.

São inúmeros os fatores responsáveis por este fenômeno negativo. Mais acentuado, talvez, seja a impossibilidade de o setor produtivo se desenvolver a ponto de girar virtuosamente a economia e o mercado. A baixa e engessada capacidade de investimento (percentual x PIB) é apontada pelos economistas como o principal entrave.

**Não há como ser diferente, pois os dois principais agentes (Estado e setor produtivo privado), capazes de suprir e acelerar o atendimento das necessidades da grande massa populacional, estão completamente anulados pela ação de um terceiro elemento, que absorve a maior e mais significativa parcela da riqueza de toda a sociedade: o sistema financeiro.**



Em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano.

Essa quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social, segundo dados do Instituto "Auditoria Cidadã da Dívida". Para se ter uma ideia, um mês gasto com juros representa todo o gasto com o Sistema Único de Saúde. Quinze dias de juros é mais do que o gasto em educação, cinco dias é superior à previsão dos investimentos com habitação popular.

Não existe orçamento que suporte tamanho dispêndio. Os economistas brasileiros identificados com o pensamento progressista, a exemplo de Luiz Gonzaga Belluzzo, são unânimes em afirmar que a taxa de juros brasileira é imoral e aviltante. São juros que inviabilizam o setor empresarial, impedindo o financiamento da produção, da ampliação da capacidade instalada ou a modernização do nosso parque produtivo.

De acordo com o Instituto "Auditoria Cidadã da Dívida, *"devido aos diversos privilégios do Sistema da Dívida que beneficiam principalmente o setor financeiro privado nacional e estrangeiro, o estoque da dívida já supera R\$ 4,5 trilhões de reais: o volume de títulos da dívida interna emitidos já soma R\$ 3,3 trilhões, e a dívida externa bruta supera US\$ 554 bilhões de dólares!*

*A análise dos gastos com a dívida não deve ficar restrita aos fabulosos números tanto dos gastos anuais como de seus estoques. É necessário ressaltar que a dívida atual é altamente questionável, pois é produto de inúmeras ilegalidades e ilegitimidades desde a sua origem espúria no período da ditadura militar até os tempos atuais.*

*Apenas para ilustrar, cabe citar algumas infâmias que impactam a geração de dívida pública:*

- a) *Taxas de juros absurdas, estabelecidas sob influência de banqueiros, utilizando-se o pretexto de combater uma inflação que nada tem a ver com taxa de juros, mas com a alta de preços administrados pelo próprio governo (como luz, água e combustíveis) e da alta de alimentos, causada por fatores climáticos;*
- b) *Aplicação de "juros sobre juros", prática considerada ilegal, conforme Súmula 121 do STF;*
- c) *Aplicação das mais altas taxas de juros do mundo, sem justificativa técnica;*
- d) *Utilização da dívida interna onerosa para financiar a compra de dólares especulativos que ingressam no País (sob o pretexto de evitar que o Brasil seja atingido por crises internacionais, mas que poderiam ser evitadas por meio do controle de fluxo de capitais) e destinação desses dólares para as reservas internacionais que não rendem quase nada ao País;*
- e) *Utilização da dívida interna onerosa para financiar questionáveis empréstimos do BNDES a juros subsidiados e prazos a perder de vista para grandes empresas privadas que realizam obras no exterior.*

*Por tudo isso, reivindicamos a realização de completa auditoria da dívida pública, tanto interna como externa, desde a sua origem. A contínua destinação de elevados montantes para o pagamento de "amortização" da*

*dívida, suavizados sob o rótulo de "mera rolagem", assim como dos extorsivos juros desse questionável processo, estão sacrificando a sociedade. Além de arcar com pesada e distorcida carga tributária, a sociedade não recebe os serviços sociais essenciais, como saúde e educação. O País está com seu desenvolvimento socioeconômico travado, a serviço de garantir lucros escorchantes ao sistema financeiro, e apodrecido pela corrupção."*

Mais imoral ainda são os juros do cartão de crédito de financiamento de automóveis, da linha branca ou qualquer outro bem para os trabalhadores. A taxa de juros do rotativo do cartão de crédito subiu 16,1 pontos percentuais de novembro para dezembro de 2015, quando atingiu 431,4% ao ano. Em relação a dezembro de 2014, a alta é de 99,8 pontos percentuais. Essa é a maior taxa já registrada na série histórica do BC, iniciada em março de 2011.

O resultado não poderia ser outro: enquanto o País sucumbe diante da crise, os bancos não param de aumentar seus lucros.

No dia 28 de janeiro de 2016, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) trouxe que o País fechou dezembro com taxa de desocupação em 6,9%, pior resultado para o mês desde 2007. No acumulado de 2015, a taxa média de desemprego foi de 6,8%. De acordo com o IBGE, a elevação de 2 pontos percentuais entre um ano e outro foi a maior de toda a série anual da pesquisa, além de interromper a trajetória de queda do desemprego que vinha desde 2010.

No dia 27 de janeiro de 2016, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) informou que, em 2015, o setor industrial teve sua terceira queda anual consecutiva em faturamento. O recuo foi de 14,5%, para R\$ 84,873 bilhões. As exportações somaram US\$ 8,03, e as importações, US\$ 18,82 bilhões – quedas de 16,2% e 23,3%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Apenas neste setor, 45 mil postos de trabalhos foram fechados ao longo de 2015, e as perspectivas para este ano continuam sendo desanimadoras. A Abimaq estima que cerca de 20 mil vagas sejam eliminadas em 2016.

Enquanto isso, os bancos nadam num mar de tranquilidade. Segundo estudo do Dieese, em 2014, os cinco maiores bancos do País (Santander, Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) obtiveram um lucro líquido (já livre de impostos e descontos) de, aproximadamente, R\$ 60,3 bilhões - crescimento de 18,5% na comparação com o ano anterior.

O maior lucro líquido foi do Itaú Unibanco, de R\$ 20,6 bilhões. O montante é 30,2% acima do registrado em 2013, além de o maior percentual de crescimento entre os bancos pesquisados pelo Dieese. O Bradesco foi o segundo banco mais rentável, com lucro líquido de R\$ 15,4 bilhões. O valor representa um crescimento de 25,9% em 12 meses e um recorde para a instituição.



De acordo com a consultoria especializada no mercado de capitais Economatica, o setor bancário foi o que mais lucrou no primeiro trimestre de 2015. De janeiro a março, os 24 bancos de capital aberto somaram um lucro líquido de R\$ 17,76 bilhões - crescimento de 42,8%, ou acréscimo de R\$ 5 bilhões, ante o primeiro trimestre de 2014.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico (27/06/2015), o economista **Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia**, fez uma breve análise do gargalo brasileiro:

*"O Brasil precisa é de uma reforma fundamental em seu setor financeiro. Vocês têm uma das taxas reais de juros mais altas do mundo. Não é de surpreender que isso esteja afugentando os investidores. Todas essas questões são históricas, mas acho que qualquer um que olhasse para o sistema financeiro brasileiro, com suas taxas de juros reais altíssimas, diria: 'Não surpreende que vocês não consigam crescer'. É preciso pensar como reformar o setor financeiro do Brasil para que funcione melhor. Não há razão para o Brasil não crescer e, principalmente, para haver um aumento no desemprego. Vocês têm excesso de capacidade em determinadas áreas, mas a questão é o que está gerando inflação e quais são os gargalos e como solucioná-los."*

## **DESINDUSTRIALIZAÇÃO, CAUSAS E SOLUÇÕES**

*A HISTÓRIA DO BRASIL, PARTICULARMENTE A REPUBLICANA, TEM MUITO A NOS ENSINAR. AO ANALISARMOS AS POLÍTICAS ECONÔMICAS IMPLEMENTADAS EM DETERMINADOS PERÍODOS, E SEUS EFEITOS SOBRE O NOSSO CRESCIMENTO, PODEMOS VERIFICAR QUE O ATUAL CENÁRIO NÃO É NADA PROMISSOR, DEMANDANDO UMA MUDANÇA DE RUMOS URGENTE.*

Chegamos ao limite: Ou tomamos as medidas necessárias, enfrentando os problemas de fundo, sobretudo no que diz respeito a confrontar os poderosos interesses do sistema financeiro internacional, ou retrocederemos de forma substancial.

Até 1930, quando o País adotou o sistema liberal clássico para atender às imposições do Império Inglês, não conseguimos nos desenvolver.

Somente com a Revolução de 1930 que o Brasil passou a planejar suas ações e iniciou o fortalecimento da presença do Estado na economia, sobretudo nos segmentos estratégicos.

Esta política perdurou até a década de 1990, quando o governo Collor

deu início ao processo de privatizações, em atenção ao novo sistema liberal denominado neoliberalismo, uma imposição, agora, dos norte-americanos.

Depois desta regressão a uma visão anterior à Nova República, o Brasil vem obtendo ciclos de crescimento na forma de U. Alcançamos um pequeno crescimento no governo Fernando Henrique, baseado na privatização das estatais brasileiras e na atração de capital especulativo externo. Logo após, entramos em três grandes crises, chegando a ponto de recorrer ao FMI.

Elegemos Lula, patinamos no começo e entramos num novo ciclo de crescimento. Este crescimento foi obtido com um certo fortalecimento das instituições do Estado, mas logo voltamos a enfrentar um novo período de baixo crescimento, sobretudo porque nossa dependência externa voltou a crescer.

Nos dois mandatos de FHC, a economia cresceu a uma taxa média de 2,31% ao ano; nos dois mandatos de Lula, cresceu a uma taxa de 4,05% ao ano; e no mandato de Dilma, cresceu a uma taxa de 2,2% ao ano. No governo Sarney, por exemplo, o crescimento médio foi de 3,49% ao ano.

É um crescimento muito pequeno, pífio, perto do que atingimos de 1930 a 1980, quando o Brasil cresceu a uma taxa média de 7% ao ano, tornando-se a economia com a maior expansão mundial. Passou do 27º para o 8º lugar.

Este foi o período conhecido como nacional-desenvolvimentista. Ou seja, foi quando, aos trancos e barrancos, o Brasil desenvolveu seu parque industrial, suas estatais e infraestrutura. Tivemos, sim, aportes de capital externo.

No momento atual, estamos apostando no caminho inverso. Promovemos uma acentuada diminuição do Estado na economia, abrimos as portas para o capital especulativo, para os grandes monopólios transnacionais e assistimos a um **processo de desindustrialização** jamais visto na história do Brasil.

Atualmente, a participação da indústria no PIB nacional gira em torno de 13%, contando ainda um grande número de indústrias que se transformaram em coladores de etiquetas dos produtos chineses. Em 1947, este percentual era de quase 20%, saltando para 28% em 1961 e 33% na década de 1970, número que se manteve crescente até o governo Sarney. Éramos a oitava economia mundial na área industrial e hoje somos a décima sexta.

Ou seja, é diretamente proporcional a relação entre a participação do Estado na economia com o crescimento econômico e com a industrialização, fator fundamental para qualquer país que anseie ser independente e desenvolvido.

Em apertada síntese, é possível concluir que o período histórico em que o Brasil mais cresceu foi quando conseguiu equilibrar a fundamental e **indispensável presença do Estado na economia, fato que promoveu o desenvolvimento da indústria nacional**, e a atração de capital produtivo internacional, mantendo um equilíbrio salutar entre estes três entes.

Só existe uma fórmula para atendermos às demandas do nosso povo:

MAIS **Estado**, MAIS **Setor Produtivo**, MENOS **Capital Especulativo** =  
MAIS **Crescimento**, MAIS **Industrialização**, MAIS **Justiça Social**.

Neste ponto, cabe destacar outra declaração do Nobel de Economia para suplantar a tese de que não há outro caminho:



“Os países que seguiram a política americana foram os países que tiveram o pior desempenho. Há uma clara ligação entre nossa política – a política americana, que ajudou a gerar desigualdade e problemas como a globalização – e aqueles, como os países escandinavos, que trabalharam para conter o aumento da desigualdade. Suécia, Finlândia e Noruega conseguiram crescimento na renda per capita igual ou mais rápido do que os EUA e com muito maior igualdade.”

Outro exemplo didático de que devemos retomar a política de fortalecimento do Estado e de diminuição do capital especulativo e dos monopólios externos na economia é a China, nação que ostenta atualmente o título que foi do Brasil no período entre 1930 e 1980: o país que mais cresce no mundo.

A China é o país com o maior crescimento econômico dos últimos 25 anos no mundo, com a média de crescimento do PIB em torno de 10% ao ano.

Tudo sem recusar o capital produtivo internacional e com sua base de sustentação nas empresas estatais, que funcionam como um pilar para o desenvolvimento da indústria e dos serviços, além da tecnologia, que é sem dúvida o grande diferencial da atualidade.

Os números e as relações existentes nos períodos históricos não mentem. Exatamente por isso que em 1988 lutamos e conseguimos estampar na Constituição Cidadã este equilíbrio de forças, impondo limites ao capital predatório, diferenciando empresas brasileiras das estrangeiras e dando forças ao setor público para alavancar o setor produtivo nacional.

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, “é uma mentira essa história de mais Estado e menos Estado. Existe capitalismo sem Estado? Aliás, capitalismo e Estado nasceram juntos e um em função do outro. Não é possível que a gente escute isto e fique repetindo. O que aconteceu aqui no Brasil é que os mercados financeiros impuseram suas razões à política econômica, e nós estamos fazendo este maldito ajuste fiscal, que não precisava. Não estou dizendo que não tivesse desequilíbrio, mas olha o que estão produzindo!”.

Para o economista, o Brasil precisa resgatar a estratégia baseada no fortalecimento da indústria nacional, por meio das empresas estatais, de modo a retomar seu potencial de desenvolvimento. Segundo aponta, as companhias públicas são fundamentais para garantir a competitividade do País. “Os grandes articuladores da industrialização eram as empresas estatais – Eletrobras, Petrobras, etc. O papel estratégico das empresas estatais foi fundamental, e nós destruímos isto com a privatização. O que acontece com o Brasil é a incapacidade de perceber o que você precisa ter como articulação da economia para poder manter o desenvolvimento”, comentou.

Cabe ao movimento sindical lutar para resgatar os conceitos consagrados na Constituição de 1988, revertendo as alterações promovidas na década de 1990.

Certamente, o primeiro passo será dado ao defendermos a política de partilha estabelecida para a exploração do Pré-Sal, cujo texto também é uma contribuição fundamental dos movimentos progressistas.

## TECNOLOGIA

*O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO É, SEM DÚVIDA, DIFERENCIAL PARA QUALQUER NAÇÃO. A RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO É DIRETAMENTE PROPORCIONAL COM A AÇÃO DO ESTADO POR MEIO DAS UNIVERSIDADES E DAS EMPRESAS ESTATAIS.*

---

A Petrobras é exemplo disso. A empresa brasileira desenvolveu tecnologia de ponta para extração de petróleo em águas profundas. Esta tecnologia é nossa.

O mesmo aconteceu com outras empresas públicas antes da privatização. Nosso setor aeroviário ainda se mantém em virtude dos investimentos feitos na antiga Embraer. A fibra óptica é outro exemplo da potencialidade brasileira quando estimulada.

Mantemos ainda forte presença no setor nuclear e no setor agrícola com a Embrapa, mesmo diante das dificuldades que tais empresas passam. Sua importância pode ser medida proporcionalmente pelo grau de ataques que são dirigidos a estas instituições, ou seja, quanto mais importantes para o desenvolvimento nacional, maior será a atenção dispensada por determinados setores para difamá-las.

Um setor que pode render grandes frutos para o Brasil é o de tecnologia da informação. Além de integrar a economia, contribuir com a competitividade das empresas ao dinamizar o processo produtivo, pode gerar grandes frutos na área de empregos e ampliação da presença brasileira no mercado mundial.

Estamos falando de um setor que está, inevitavelmente, inserido em tudo na nossa vida. Efetivamente todo o setor produtivo depende de sistemas ou equipamentos para ter sucesso.

Segundo o instituto Gartner, o setor de tecnologia da informação e comunicação (TICs) movimenta quase US\$ 4 trilhões no mundo, sendo um quarto deste montante aplicado no setor de serviços. Já a área de hardware, que engloba PCs, tablets, telefones celulares e impressoras, movimenta cerca de US\$ 720 bilhões.

Atualmente, somos o quarto mercado mundial, estamos em franca expansão, mas infinitamente distante do nosso potencial. Seguindo a trajetória em curso, segundo projeções, ampliaremos o déficit de mão de obra dos atuais 75 mil profissionais para 750 mil em 2020. Num segmento em que a média salarial gira em torno dos R\$ 5 mil é, no mínimo, um desperdício.

Contudo, neste segmento, temos um quadro lastimável no mercado brasileiro. Na área de software, 70% das vendas ficaram concentradas em dez empresas. Apenas uma é nacional. No segmento de equipamentos, 97% do mercado estão em poder de dez companhias, sendo 80% do mercado nas mãos de três empresas estrangeiras. A única brasileira no setor ocupa a oitava posição.



Menos concentrado entre todos os setores no País, segundo a Consultoria IDC, a área de serviços de TI tem 39% das receitas concentradas em dez companhias, sendo duas nacionais. Mas o pior é que já fomos mais relevantes neste segmento e, infelizmente, importantes empresas deixaram de ter capital nacional (Tivit, CPM Braxis, Politec e Sonda).

Diante deste cenário, além da questão econômica, temos que refletir no quão estratégico é este setor e no potencial que está sendo desperdiçado pelo nosso País ao não incluir, de forma substancial, a tecnologia da informação como um dos pilares estruturais do nosso desenvolvimento econômico e social.

Defendemos a criação de uma empresa pública para o setor de TI, a exemplo da Petrobras, com a intenção de potencializar o desenvolvimento e investimento nacional no segmento. Esta empresa, de economia aberta, mas sob o comando do Estado, poderia congrega as empresas públicas de tecnologia, como Serpro e Data-Prev, atuando como um player substantivo para estimular e canalizar as forças nacionais para o segmento.

Além de representar investimentos nesta área, sobretudo para atender às demandas urgentes de modernização dos serviços públicos, a exemplo da Petrobras, a TI Brás representará, sem dúvida, um marco histórico para qualquer governo que busque deixar sua marca no desenvolvimento nacional e na emancipação do nosso povo.

## **SERVIÇO PÚBLICO: O ESTADO PARA QUEM PRECISA**

*OS SERVIDORES PÚBLICOS REPRESENTAM O ELO DO ESTADO COM OS TRABALHADORES MAIS SIMPLES, OS QUE MAIS DEPENDEM DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. SUA IMPORTÂNCIA É FUNDAMENTAL PARA A SOCIEDADE EM GERAL, SOBRETUDO PORQUE SÃO OS OPERADORES DIRETOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS.*

---

Contudo, o tamanho do significado que têm para municípios, estados e União não está explícito nas garantias e dificuldades enfrentadas por estes trabalhadores. Inexistência da obrigatoriedade de negociação coletiva, plano de carreira e falta de estrutura para o trabalho são alguns dos problemas enfrentados por estes profissionais.

Construir políticas e propostas que ajudem a melhorar a vida destes profissionais, dinamizar a prestação de serviços e contribuir com as administrações públicas são desafios a serem superados, principalmente, porque, como abordamos acima, os Estados estão sufocados pelo sistema financeiro e sua capacidade de manutenção está cada vez mais ameaçada.

Portanto, não é exagero afirmar que a valorização dos servidores públicos, a modernização dos serviços estatais e sua melhoria passam, necessariamente, pela diminuição do montante absorvido pelo insaciável sistema financeiro.

## **TRABALHADORES DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA**

*O TRABALHO RURAL CERTAMENTE É UMA DAS PROFISSÕES MAIS NOBRES PARA QUALQUER POVO, AFINAL, ESTAMOS TRATANDO DO ALIMENTO QUE VAI À NOSSA MESA TODOS OS DIAS.*

---

Neste sentido, a valorização do trabalhador rural, da agricultura familiar e a efetiva realização da Reforma

Agrária, com apoio tecnológico e econômico para os produtores, é uma questão fundamental.

A dura realidade das famílias do campo atualmente é preocupante. A falta de perspectivas, de apoio e estrutura faz com que muitos pais de família assistam a seus filhos enveredarem para outros mundos, atraídos pelo tráfico de drogas, da prostituição infantil ou da submissão ao trabalho escravo.

No Brasil é preciso retomar uma das questões centrais defendidas nas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart: a Reforma Agrária, dentro de um processo de distribuição justa e eficaz de terras no Brasil.

Não uma reforma agrária com a doação de pequenos pedaços de terra, mas uma reforma agrária justa, com habitação digna, saúde, educação, apoio técnico e financiamento público.

Dar protagonismo ao homem do campo, evitando a desvalorização do trabalhador rural, dando-lhe capacitação e qualificação profissional, tornando-os personagens centrais e agentes atuantes no campo.

Neste sentido, o cooperativismo serve como um motor importante para a União, sendo um sistema que organiza os trabalhadores, ajuda com o escoamento da produção e contribui para o aumento da renda familiar.

## **DIREITOS SINDICAIS E NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

*UMA DAS DIMENSÕES ESSENCIAIS DA DEMOCRACIA É O DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS VÁRIOS INTERESSES PRESENTES NA SOCIEDADE. NO ESPAÇO DA PRODUÇÃO, AS RELAÇÕES DE TRABALHO ADQUIREM UMA CONFORMAÇÃO PRÓPRIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA PRODUZIDA, FAVORECENDO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR, A CONCENTRAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA, E A REPRODUÇÃO DE UMA SÉRIE DE INJUSTIÇAS.*

Ao longo da história, os sindicatos transformaram-se numa ferramenta essencial para a construção de um sistema de representação de interesses da classe trabalhadora.

No Brasil, o direito de organização sindical previsto na CLT, depois renovado e atualizado pela Constituição de 1988, nunca foi pleno. Mesmo com a conquista que representou o reconhecimento legal das Centrais Sindicais, a inexistência do direito de organização sindical no local de trabalho confirma a limitação do nosso sistema.

Investir no fortalecimento da representação sindical, como parte de um sistema de relações de trabalho que favoreça a negociação coletiva, em um ambiente de pleno direito de exercício de greve e com um sistema ágil de solução de conflitos, está na essência de um sistema democrático.





**II CONGRESSO**  
**CSB**  
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

---

**INDEPENDÊNCIA,  
DESENVOLVIMENTO  
E JUSTIÇA SOCIAL.**

---

SINDICATOS FORTES, BRASIL MAIS JUSTO!

**24 A 26 DE FEVEREIRO DE 2016 - BRASÍLIA**

# ***BANDEIRAS DE LUTA***



## COMPROMISSO DA CSB

AS BANDEIRAS DEFENDIDAS PELA **CSB** NESTE DOCUMENTO SÃO ORIUNDAS DE PRINCÍPIOS, DE CONCEITOS E MOBILIZAÇÕES COMANDADAS PELOS PRINCIPAIS ÍCONES DA HISTÓRIA DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO, ENRAIZADOS NA SOCIEDADE E NO CORAÇÃO DO POVO, QUALIDADES ESTAS QUE CREDENCIAM A **CSB** A COMANDAR AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA QUE O BRASIL COMPLETE MAIS UM CICLO.

---

Este ciclo é o **de colocar em prática, de forma palatável, os princípios getulistas, os direitos consagrados na Constituição Cidadã, derrotando o sistema financeiro para assegurar uma vida digna para cada filho de nossa Nação, com o pleno acesso à educação, saúde, alimentação, emprego, dignidade e oportunidades iguais para todos, independentemente da classe social.**

## BANDEIRAS DE LUTA

### DESENVOLVIMENTO, INDEPENDÊNCIA E JUSTIÇA SOCIAL

#### ECONOMIA

Reduzir as taxas de juros para patamares que incentivem os investimentos produtivos;

Realizar auditoria na dívida pública e externa;

Regular o sistema financeiro e aumentar a taxa sobre o lucro dos bancos;

Desonerar a folha de pagamento, criando tarifas diferenciadas para setores que reduzam a rotatividade;

Valorizar o mercado interno e a produção industrial nacional;

Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais para ampliar o emprego;

Implementar políticas monetária e fiscal compatíveis com metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda;

Realizar política cambial orientada ao crescimento econômico e à geração de empregos;

Democratizar o Conselho Monetário Nacional e o Comitê de Política Monetária, garantindo-se a representação dos trabalhadores e empregadores;

Reduzir as metas de superávit primário (da União, estados, DF, municípios e das empresas estatais) para ampliar a capacidade de investimentos em infraestrutura, em políticas sociais e serviços públicos de qualidade;

Promover política adequada de “preços administrados”, evitando aumentos abusivos (energia, telefone, água, petróleo, transporte, entre outros);

Articular uma política de desenvolvimento produtivo para fortalecer a presença das empresas nacionais nas cadeias produtivas;

Investir em políticas e programas de inovação científica e tecnológica, articulados com desenvolvimento produtivo, favorecendo a integração das universidades e as estratégias de desenvolvimento local;

Criação de lei para controlar o ingresso e saída de capitais.

## *SALÁRIO MÍNIMO*

Manter o processo de valorização do salário mínimo no longo prazo até cumprir os preceitos constitucionais;

A valorização do salário mínimo amplia o mercado consumidor interno e fortalece a economia brasileira. Sua continuidade é imprescindível, sobretudo porque o País segue profunda e resistentemente desigual. Somente para exemplificar a desigualdade, 69,2% dos aposentados recebem um salário mínimo mensal.

## *RENDA DO TRABALHO*

Promover o crescimento econômico com mecanismos distributivos dos ganhos, inclusive desenvolvendo políticas que deem suporte à partilha dos ganhos de produtividade;

Intensificar políticas para aumentar a formalização do trabalho, como forma de elevar a participação do salário na renda nacional;

Coibir a rotatividade da mão de obra de forma a evitar a redução dos salários;

Implementar políticas que ampliem a renda disponível do trabalho (habitação, transporte, educação, saúde, entre outros);

Ampliar e fortalecer o Piso Salarial Regional;

Aperfeiçoar a Lei 10.101/2000 que regulamenta a Participação nos Lucros e Resultados, pois o terceiro setor da economia não está contemplado.

## *SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE*

Consolidar o sistema de seguridade social brasileiro, inclusivo e estável, segundo os preceitos da Constituição Federal de 1988, assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento;

Garantir que o orçamento da seguridade social seja utilizado somente para o financiamento da seguridade social;



Unificar o orçamento e as ações relativas da seguridade social, excluindo-o da DRU (Desvinculação de Receitas da União);

Elevar a qualidade dos serviços de saúde pública e fortalecer a medicina preventiva;

Elevar o percentual do orçamento público com o SUS – Sistema Único de Saúde;

Aprimorar o sistema de controle social do SUS, garantindo a legitimidade e o poder deliberativo dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde;

Adotar política visando estabelecer a segurança farmacêutica que garanta distribuição gratuita de medicamentos pelo SUS;

Ampliar e estimular a produção de medicamentos genéricos;

Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência doméstica e sexual;

Qualificar os serviços de saúde prestados nas comunidades indígenas, rurais e quilombolas, considerando as especificidades culturais;

Implementar o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

## *EDUCAÇÃO*

Universalizar o acesso e a qualidade do ensino público em todos os níveis;

Incentivar políticas de combate à evasão escolar;

Promover permanente capacitação e qualificação dos profissionais da educação, tendo como princípio a inclusão, diversidade e igualdade;

Cumprir a Constituição Federal, que determina a aplicação dos recursos vinculados de, no mínimo, 18% da União e 25% dos estados e municípios para manutenção e desenvolvimento do ensino público;

Universalizar a educação infantil e o acesso às creches públicas;

Promover o acesso à educação técnica, tecnológica e profissional combinadas com educação formal para os jovens;

Integrar as ações de ensino técnico e profissional entre as esferas governamentais (educação, trabalho, esporte, entre outros);

Garantir e ampliar a participação dos trabalhadores na gestão do Sistema S;

Ampliar a oferta de vagas gratuitas nos ensinos regular, técnico e profissional, oferecidas pelo Sistema S;

Articular a educação técnica e profissional, assim como as ações de qualificação profissional com as vocações, potencialidades e demandas de desenvolvimento socioeconômico local e regional;

Melhorar as condições de educação no meio rural;

Garantir transporte escolar seguro a todas as crianças.

### *SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS*

Garantir o saneamento básico e o acesso à água potável a todos os cidadãos brasileiros na área urbana e rural, com a regulamentação da Lei Nacional de Saneamento Básico e os mecanismos de controle social nela previstos;

Ampliar o volume de investimentos visando à universalização do acesso aos serviços;

Determinar metas aos municípios para tratamento e distribuição de água encanada, para coleta e tratamento de esgotos e resíduos residencial e industrial;

Retirar os investimentos em saneamento básico dos cálculos do superávit primário;

Ampliar a dotação e execução orçamentária para o cumprimento das metas estabelecidas para o setor.

### *HABITAÇÃO*

Continuar a implantação do programa de construção de moradias populares (Minha Casa, Minha Vida);

Ampliar o crédito subsidiado para as famílias de menor renda;

Ampliar os limites de empréstimo ao setor público, regulados pelo Conselho Monetário Nacional;

Garantir acesso desburocratizado ao crédito destinado aos programas habitacionais rurais;

Regularizar e urbanizar assentamentos, loteamentos irregulares e favelas, com especial atenção às ocupações em áreas de risco;

Articular, racionalizar e integrar as ações de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano nos três âmbitos da administração pública;

Implantar imposto progressivo previsto no Estatuto das Cidades para os imóveis desocupados.

### *MOBILIDADE E TRANSPORTE*

Investir na melhoria do sistema de transporte com planejamento estratégico;

Garantir acesso universal e tarifas sociais aos serviços de transporte público de passageiros e a integração entre os diversos meios de transporte incluindo as regiões rurais;

Implementar o Projeto de Lei 1.687/2007, que institui as diretrizes da política de mobilidade urbana;

Garantir o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE);

Garantir e ampliar a utilização do vale-transporte, conforme garante a Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985;



Realizar integração intermodal, para que haja um sistema de transporte planejado no setor de passageiros e cargas rodoviárias, ferroviárias, aquaviárias e aéreas, além de aprofundar a discussão do Plano Nacional de Logística e Transportes;

Investir no desenvolvimento industrial da cadeia produtiva do transporte;

Garantir a utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção Sobre o Domínio Econômico (CIDE) para a recuperação das rodovias e vias urbanas, e a renovação da frota de transporte público (ferroviário, aquaviário e rodoviário);

Garantir a acessibilidade e a circulação de todos os cidadãos nos diversos espaços públicos e urbanos, sobretudo as pessoas com deficiência, para que tenham condições de locomoção e de interação social.

### *POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO*

Desenvolver políticas e programas para reduzir as desigualdades regionais;

Diagnosticar e desenvolver a vocação de cada região;

Promover uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de um fundo destinado ao investimento em atividades produtivas em cada região;

Proteger e fortalecer o parque industrial nacional e criar polos de dinamismo regionais;

Ampliar políticas para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais;

Desenvolver políticas de crédito compatíveis com o capital dos micros e pequenos empreendedores;

Investir no turismo regional e combater o turismo sexual;

Revitalizar a bacia do Rio São Francisco e seus afluentes;

Recuperar áreas degradadas nos diversos biomas para combater o desmatamento;

Ampliar sistemas agroflorestais nas comunidades, fortalecendo as formas sustentáveis de produção na agricultura familiar;

Desenvolver projetos específicos para investimento nas comunidades quilombolas;

Capacitar os trabalhadores da cadeia produtiva do turismo e hospitalidade, com vistas ao aperfeiçoamento para acontecimentos futuros;

Aprimorar a infraestrutura dos destinos para a recepção de turistas;

Incentivar o turismo regional com maior divulgação dos destinos nacionais.

### *AGRICULTURA FAMILIAR*

Fortalecer a agricultura familiar via fomento de crédito, implantação da infraestrutura necessária, apoio

técnico, formação profissional e organização em cooperativas;

Excluir a agricultura familiar do contingenciamento orçamentário;

Criar mecanismos para a venda e distribuição dos produtos da agricultura familiar no mercado interno;

Fortalecer uma política de garantia de preços mínimos (PGPM), permanente e diferenciada, para os produtos da agricultura familiar;

Implantar programas de pesquisa na área da agroecologia para agricultura familiar;

Aprimorar mecanismos da política do biodiesel, na qual agricultores familiares possam atuar na cadeia produtiva com crédito subsidiado do governo federal;

Incentivar a aquisição da produção da agricultura familiar nos sistemas de compras governamentais;

Fortalecer a Embrapa e demais órgãos públicos de pesquisa;

Fortalecer a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e o PAA (Programa de Aquisição Alimentar) como instrumentos públicos de implantação de programas de aquisição alimentar;

Integrar a agricultura familiar às economias locais;

Fortalecer o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como instrumento de financiamento da produção familiar;

Garantir a participação das trabalhadoras rurais em espaços institucionais de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento;

Ampliar o acesso ao crédito e à terra enquanto instrumentos de emancipação econômica, política e social das mulheres, e valorização das agricultoras familiares no processo produtivo;

Aumentar o volume de recursos e a desburocratização do PRONAF Mulher.

#### *GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO VISANDO O PLENO EMPREGO*

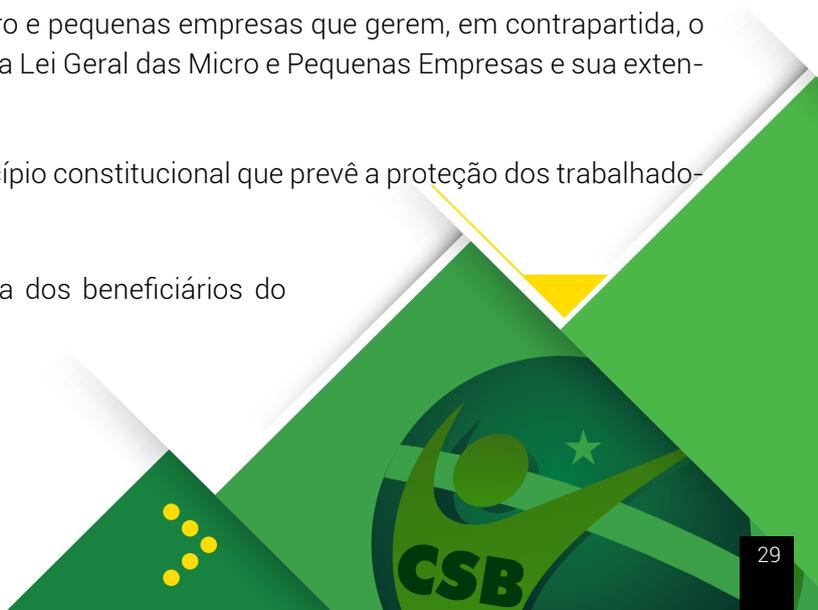
Direcionar as políticas econômicas para gerar o crescimento do emprego, inclusive com estabelecimento de metas;

Assegurar o emprego com vínculo formal e combater o trabalho informal;

Aprimorar as políticas específicas para as micro e pequenas empresas que gerem, em contrapartida, o emprego formal, por meio da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e sua extensão aos estados e municípios;

Garantir a regulamentação e aplicação do princípio constitucional que prevê a proteção dos trabalhadores/trabalhadoras em face da automação;

Ampliar os mecanismos de inclusão produtiva dos beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho;



Implementar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo como fonte de geração de emprego e renda.

### *FORMALIZAÇÃO DO TRABALHO*

Garantir contrapartida sociotrabalhistas com a formalização dos empregos gerados por meio da aplicação dos recursos e fundos públicos com registro em Carteira de Trabalho;

Implementar o Plano Nacional do Trabalho Decente;

Ratificar a Convenção 158 da OIT, que trata da demissão imotivada;

Combater a rotatividade de mão de obra, as demissões imotivadas e a demissão em massa. Impor barreiras às demissões com punições às empresas adeptas de tais práticas e introduzir a obrigatoriedade de negociação com o sindicato dos trabalhadores;

Combater a incidência dos encargos sociais com base no faturamento das empresas e na folha de pagamento.

### *JORNADA DE TRABALHO*

Reduzir gradualmente a jornada legal de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário;

Limitar o trabalho em jornada extraordinária;

Destinar parte da jornada remunerada de trabalho para atividades de educação e qualificação profissional por meio de legislação específica.

### *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS*

Combater a precarização do trabalho resultante da terceirização, encaminhando ao Congresso Nacional o projeto de lei que regulamenta a prestação de serviços, assegurando direitos a mais de 14 milhões de trabalhadores que vivem sob este regime;

Estabelecer a responsabilidade solidária e independente de culpa à administração contratante pelo não cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária;

Proibir a terceirização da administração pública direta, indireta e autarquias;

Defender os direitos das categorias diferenciadas, impedindo sobreposição da categoria majoritária.

### *SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO*

Investir na integração das ações do Sistema Público de Emprego (intermediação, seguro-desemprego, qualificação social e profissional);

Ampliar a cobertura, valor do benefício e tempo de recebimento do Programa Seguro-Desemprego;

Ampliar a cobertura do sistema de intermediação de mão de obra a todos os municípios a partir de 100

mil habitantes e sua integração com as ações de qualificação profissional e social;

Ampliar o investimento em qualificação profissional e social com prioridade aos trabalhadores de baixa renda e aos desocupados;

Articular as políticas de intermediação de mão de obra e de qualificação profissional com os programas de transferência de renda visando atender seus beneficiários.

#### *TRABALHO INFANTIL E ESCRAVO/FORÇADO*

Eliminar o trabalho escravo e forçado;

Ampliar a fiscalização e penalização dos infratores, garantindo a proteção das ações da fiscalização do trabalho (Convenções 29 e 105 da OIT);

Aprovar e regulamentar a PEC 438/2001, que estabelece a expropriação de terras onde for constatada a existência do trabalho escravo;

Erradicar o trabalho infantil com a aplicação da Convenção 138 da OIT sobre a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho;

Garantir a implementação da Convenção 182 da OIT, que trata do combate às "piores formas de trabalho infantil";

Estimular programas de geração de renda de caráter familiar em localidades onde existam crianças e adolescentes em atividades consideradas proibidas, retirando-os do trabalho e colocando-os na escola.

#### *VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO*

Implementar uma política de valorização dos servidores públicos, por meio da implantação de planos de cargos, carreira e salários para os trabalhadores com possibilidades de ascensão funcional;

Garantir o ingresso na Administração Pública apenas por concurso público;

Estabelecer a gestão paritária entre Estado e servidores públicos nos regimes próprios de Previdência;

Garantir piso salarial para os servidores, nunca inferior ao Salário Mínimo Nacional;

Regulamentar a Convenção 151 da OIT, assegurando direito à negociação coletiva;

Assegurar e regulamentar o Direito de Greve;

Defender a contribuição sindical compulsória;

Mudar a Constituição e assegurar a Unicidade Sindical no setor público;

Fim do assédio moral;

Fim dos atrasos e escalonamentos nos salários;



Garantia dos proventos para os aposentados vinculados aos regimes próprios de previdência;

Luta constante por melhores condições de trabalho no serviço público.

#### *IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO*

Favorecer a prática de salário igual para trabalho igual;

Implementar políticas afirmativas de combate à discriminação de mulheres, negros, índios, pessoas com deficiência, homossexuais e ex-detentos;

Assegurar às pessoas com deficiência o desempenho de atividades produtivas por meio de programas específicos nas áreas da educação formal, técnica e profissional, qualificação profissional, readaptação e orientação profissional, adequação dos ambientes de trabalho e acesso aos bens e serviços coletivos;

Licença-maternidade obrigatória de seis meses;

Instituir campanha de combate aos diversos aspectos do assédio moral e sexual, com adequação de legislação pertinente;

Garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, exigindo dos estados e municípios o seu cumprimento.

#### *SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO*

Melhorar as condições de saúde e segurança do trabalho;

Assegurar a intersetorialidade e a transversalidade das ações por meio da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, articulando os setores Trabalho, Previdência Social, Meio Ambiente e Saúde;

Ampliar as ações de saúde e segurança do trabalho, visando à inclusão de todos os trabalhadores brasileiros no sistema de promoção e proteção da saúde segundo o princípio da universalidade;

Elaborar e implementar sistemas de notificação de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, controle epidemiológico, fiscalização e prevenção nos segmentos do mercado de trabalho não abrangidos pela CLT (trabalhadores informais, trabalhadores públicos de regime estatutário, etc.);

Implantação obrigatória de programas de gestão em saúde, segurança no trabalho e meio ambiente pelas empresas;

Garantir o direito dos sindicatos de acompanharem as ações de fiscalização e inspeção nos locais de trabalho;

Estabelecer estratégias que assegurem o desenvolvimento da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador no âmbito da administração pública direta nas esferas municipal, estadual e federal;

Consolidar a implantação do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) e do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), assegurando as premissas que os originaram;

Assegurar o caráter público do Seguro Acidente do Trabalho (SAT).

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Garantir um sistema de previdência social pública universal;
- Estabelecer uma política de valorização e recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas;
- Manter a vinculação do piso dos benefícios da Previdência Social ao salário mínimo;
- Aplicar o dispositivo constitucional que determina que o financiamento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da Previdência Rural seja subsidiado por recursos do Tesouro;
- Garantir gestão quadripartite (governo, trabalhadores, empregadores e aposentados) da Previdência Social;
- Investir na gestão do sistema, com vistas ao combate das fraudes, desvios e sonegação, cobrança e execução dos devedores, e agilidade para a concessão de benefícios;
- Garantir que as isenções previdenciárias sejam cobertas pelo orçamento fiscal da União e não pela seguridade social;
- Impedir o estabelecimento de idade mínima para a aposentadoria.

## REFORMA AGRÁRIA

- Apoiar a desconcentração da posse da terra e a manutenção das famílias no campo por meio da Reforma Agrária;
- Retomar e ampliar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assegurando centralidade ao programa na estratégia de desenvolvimento sustentável do País;
- Atualizar os índices de produtividade da terra;
- Garantir o cumprimento integral da função social da propriedade da terra, assegurando a desapropriação pelos critérios ambientais e trabalhistas além dos limites da produtividade, sem reforma agrária é impossível garantir o crescimento da produção agrícola.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

- Reorganizar a política tributária brasileira com vistas a promover o crescimento e a distribuição de renda;
- Fazer a reforma tributária que institua a progressividade como princípio e amplie a tributação sobre a propriedade, lucros e ganhos de capital, de maneira a favorecer a produção frente aos ganhos financeiros, promover a distribuição de renda e eliminar a guerra fiscal entre estados e municípios;
- Implantar o imposto sobre grandes fortunas e heranças;
- Ampliar a tributação direta sobre propriedade, lucros e ganhos de capital, especialmente os obtidos no mercado financeiro;



Revisar a tabela de imposto de renda para desonerar os menores salários, aumentar o número de faixas e rever as alíquotas aplicadas;

Aprimorar tributação para a remessa de lucros das corporações transnacionais e para o capital especulativo;

Estabelecer mecanismos de transparência fiscal e tributária.

### *BANCOS E EMPRESAS PÚBLICAS*

Fortalecer o papel dos bancos, empresas públicas e fundos de pensão no financiamento de políticas de desenvolvimento;

Estabelecer contrapartidas sociais e ambientais em todos os investimentos e financiamentos dos bancos públicos.

### *SEGURANÇA PÚBLICA*

Fomentar, garantir e consolidar uma nova concepção de segurança pública como direito fundamental;

Promover reformas estruturais no modelo organizacional da segurança pública nos três níveis de governo, priorizando o fortalecimento e a execução do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), aplicando conceito de segurança cidadã;

Desmilitarizar a polícia militar e o corpo de bombeiros, desvinculando-os das forças armadas.

### *PRÉ-SAL*

Manutenção da legislação aprovada para o petróleo do Pré-Sal, garantindo a participação majoritária da Petrobras no regime de partilha da produção;

Garantir o controle nacional das reservas e de sua exploração;

Garantir que os recursos oriundos do Pré-Sal sejam revertidos em educação, desenvolvimento social, tecnológico, investimento industrial e geração de emprego e renda;

Manter e aprimorar o sistema de prioridade para produtos nacionais na cadeia petrolífera.

### *DIREITO DE ORGANIZAÇÃO*

Assegurar a organização sindical em todos os níveis com ênfase no fortalecimento da capacidade de representação coletiva dos trabalhadores;

Garantir o direito de representação sindical por local de trabalho, com estabilidade;

Incluir as Centrais Sindicais na estrutura sindical prevista no artigo 8º da Constituição Federal;

Assegurar a não intervenção do Estado na organização sindical;

Garantir a estabilidade, o exercício da atividade sindical e a reintegração dos dirigentes sindicais demitidos;

Coibir e punir as práticas antissindicais;

Reconhecer a organização sindical dos servidores públicos, com garantias efetivas à atuação das direções sindicais.

#### *NEGOCIAÇÃO COLETIVA*

Fortalecer a negociação coletiva;

Garantir os direitos estabelecidos em legislação;

Garantir o direito de negociação coletiva no Setor Público nas três esferas e nos três poderes, regulamentando a Convenção 151 da OIT;

Coibir a intervenção do Ministério Público nas negociações e acordos coletivos de trabalho.

#### *SOLUÇÃO DE CONFLITOS*

Viabilizar instrumentos ágeis de solução de conflitos;

Revogar o dispositivo da Emenda 45, que obriga a anuência prévia entre as partes para fins de instauração de dissídio coletivo.

#### *DIREITO DE GREVE*

Garantir o direito irrestrito de greve, principalmente aos servidores públicos.





**II CONGRESSO**  
**CSB**  
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

---

**INDEPENDÊNCIA,  
DESENVOLVIMENTO  
E JUSTIÇA SOCIAL.**

---

SINDICATOS FORTES, BRASIL MAIS JUSTO!

**24 A 26 DE FEVEREIRO DE 2016 - BRASÍLIA**

# ***CARTA DE PRINCÍPIOS***



# CARTA DE PRINCÍPIOS

A **CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS – CSB** – É UMA ENTIDADE PÚBLICA DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, SUJEITA À LEGISLAÇÃO VIGENTE, DOTADA DE AUTONOMIA PRÓPRIA E DURAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO.

---

A **Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB** tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal e atuação em todo o território nacional, tendo por objetivo a defesa intransigente dos interesses sindicais, sociais e políticos das entidades sindicais a ela filiadas, dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados.

A **Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB** foi criada em processo democrático, soberano e independente pelos delegados e convidados presentes em sua Assembleia de Lançamento no dia 08 de fevereiro de 2008, em Brasília-DF, respaldada pelas correspondências de adesão que refletem o desejo de profissionais em todo o território nacional.

A **Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB**, classista e democrática, nasceu da necessidade de representação própria sentida por profissionais liberais e autônomos em todo o território nacional, entendendo que é também necessário congregiar todos os demais segmentos de trabalhadores, voltando suas atividades no sentido de travar de forma unitária, soberana e independente ação comum que busque a concretização dos ideais expressos na presente Carta de Princípios.

## I – A **CSB** E A SOCIEDADE

I.1 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a busca da Paz Mundial, assegurando desde já que denunciará e se oporá a todos aqueles que, por motivos vãos ou por cobiça, tentem impor ou deflagrar a guerra. Defendemos o direito dos povos à autodeterminação e assumimos a democracia como único e justo caminho para resolver politicamente os problemas sociais, pelo que combateremos sempre a ingerência estrangeira em qualquer nação, reafirmando que a solidariedade e a cooperação são os caminhos da classe trabalhadora.

I.2 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em denunciar as injustiças contra os trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados, em qualquer parte do mundo, assim como travar todos os combates possíveis em defesa da manutenção dos direitos históricos até aqui alcançados. Reafirmamos que nossas ações serão sempre contra a retirada dos direitos consagrados nas legislações e nas vitórias do movimento sindical organizado.

I.3 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, que entende o trabalho como o valor maior do ser humano e riqueza da sociedade, pelo que lutará permanentemente em defesa da sua valorização.

I.4 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar e zelar pela consolidação de um Estado

de Direito com democracia, liberdade, participação social, justiça social e moralidade das instituições públicas e privadas.

I.5 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a defesa da soberania nacional, do patrimônio e da riqueza da nação que pertencem, antes de tudo, aos seus trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados. Proclamamos nossa certeza de que a construção da verdadeira cidadania é o caminho para o desenvolvimento social e para o combate às injustiças.

I.6 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar pela igualdade social no País, defendendo um modelo de desenvolvimento econômico político e social que corrija as injustiças sociais e estabeleça condições dignas de vida à população brasileira e, em particular, aos que constroem a riqueza do País.

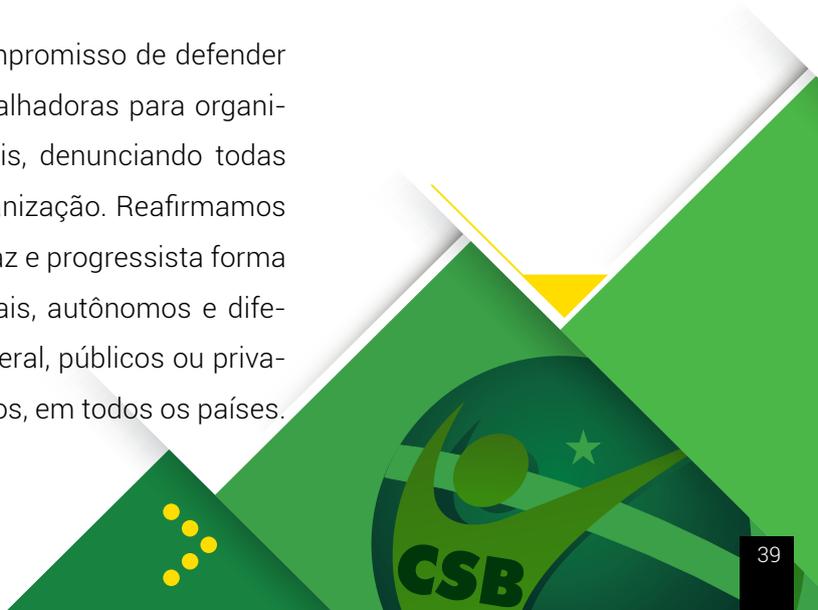
I.7 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em defender o Planeta contra os efeitos da extrema exploração conduzida pelas empresas que estão exaurindo o meio ambiente. Comprometemo-nos a denunciar as raízes da degradação da natureza e a lutar para que nossos filhos possam herdar um planeta limpo e habitável.

## *II – A **CSB** E OS TRABALHADORES*

II.1 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar pelas condições de criação de uma situação de Pleno Emprego no País, estabelecendo uma economia voltada para as necessidades da sociedade e através da criação de condições para que todos os cidadãos possam exercer suas profissões de forma honesta e legítima.

II.2 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso com o desenvolvimento econômico sem exclusões sociais, denunciando as mazelas do neoliberalismo e seus deletérios efeitos sobre os trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados e sobre a sociedade em geral, pugnando para defesa de nossas riquezas e do capital nacional.

II.3 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso de defender a liberdade e a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras para organização de suas entidades representativas e sindicais, denunciando todas as práticas e ações que visem interferir na livre organização. Reafirmamos nossa certeza de que a Ação Sindical é legítima, eficaz e progressista forma de resistência dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados, em todos os países.



II.4 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, sua convicção de que a unicidade sindical é a legítima e democrática garantia da representação dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados e a forma que mais interessa aos nossos representados, assegurando também que é necessário manter sempre as respectivas estruturas de interlocução.

II.5 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, sua certeza no papel do dirigente sindical como legítimo representante dos interesses dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados e como agentes da mudança social, pelo que não poupará esforços para dar plenas condições de trabalho e de formação a estes. Reafirmamos nosso compromisso de capacitar os dirigentes para a ação que se faz necessária em nossa sociedade.

II.6 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a defesa do sistema de custeio universal, através da manutenção da contribuição sindical compulsória, estando esta assegurada por lei, sem prejuízo das demais formas de sustentação financeira da organização sindical aprovadas em assembleias dos interessados.

II.7 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em combater a ingerência e a intervenção do Estado nas atividades sindicais e na estrutura confederativa assegurada em nossa legislação, reafirmando seu compromisso com a defesa da autonomia das entidades representativas dos profissionais trabalhadores.

II.8 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a busca de instrumentos capazes de garantir o acesso dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados, excluídos da economia formal, aos direitos sociais de assistência, à moradia digna, seguridade social e políticas de emprego e renda.

II.9 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, que reconhece, apoia e incentiva a luta dos funcionários públicos da União, dos estados e dos municípios pelo direito de representação sindical, pelo direito de livre negociação e todas as demais prerrogativas garantidas ao conjunto da classe trabalhadora brasileira.

II.10 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, que está atenta aos conflitos hoje existentes no campo brasileiro e assegura sua intransigente defesa da livre organização sindical para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, combatendo todas as formas de injustiça, exploração e escravidão no meio rural.

II.11 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em defender uma política salarial justa e única para o conjunto dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados ressalvadas as necessidades e particularidades das diversas categorias, assegurando em Lei a reposição inflacionária. Acima deste patamar, defendemos a livre negociação entre as partes, respeitando as representações sindicais em todos os níveis como legítimos articuladores desta política salarial.

II.12 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em denunciar todos os atos antissindicais, em particular aqueles que ferem o direito de livre organização dos trabalhadores e trabalhadoras, conforme o disposto nas Convenções da OIT quanto ao direito universal de sindicalização. Defendemos que os trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados são livres para associação em suas entidades, não podendo ser constrangidos nesta opção.

II.13 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso na defesa do direito de representação dos tra-

balhadores em todos os Conselhos, Comissões ou quaisquer outros espaços garantidos por lei onde estejam em questão ou possam influir em temas de seu interesse, sobre seus direitos e prerrogativas, ou sobre os direitos sociais do conjunto da população.

### III – A **CSB** E AS INSTITUIÇÕES

III.1 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso na defesa dos direitos consagrados na Constituição Federal e, em particular, o disposto no Parágrafo Quarto do seu Artigo 60 quanto ao “voto direto, secreto, universal e periódico”; “a separação dos Poderes” e “os direitos e garantias individuais” como cláusulas pétreas da nossa legislação maior.

III.2 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, que pautará suas ações na defesa de um sistema educacional de qualidade, capaz de assegurar direitos iguais de acesso à população brasileira, como condição básica e prioritária para o desenvolvimento nacional e, em particular, dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados. Da mesma forma, assegura seu compromisso em defender uma política nacional para as questões de saúde, articulando sua ação com as da sociedade civil organizada. Defender uma política de saúde pública, garantindo os instrumentos de controle da sociedade.

III.3 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar por uma política nacional articulada e justa para a segurança pública, assegurando o respeito à lei e à dignidade humana.

III.4 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em combater todas as formas de discriminação social, sejam de natureza ideológica, étnica, religiosa ou sexual.

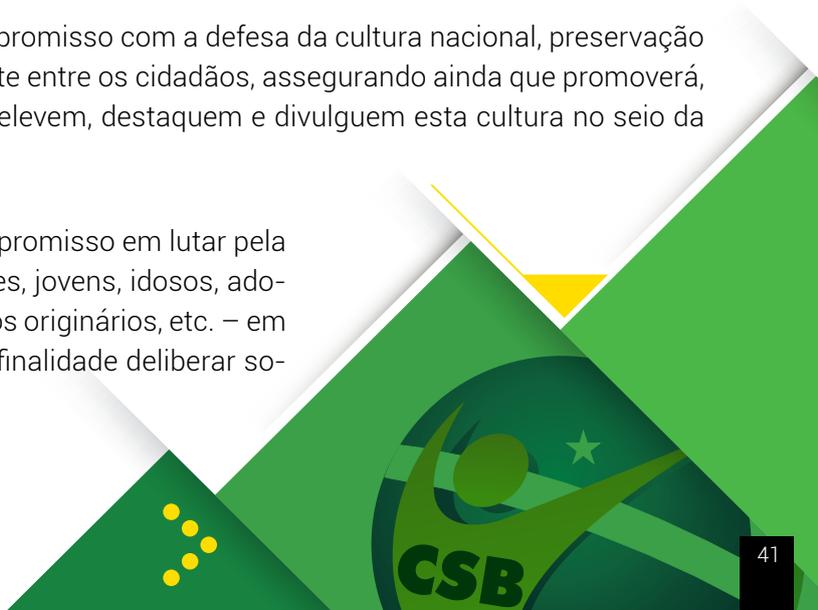
III.5 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso de combater e denunciar todas as formas de corrupção e de desrespeito aos valores éticos da nossa sociedade, em particular aquelas que afetam diretamente os direitos dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados.

III.6 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso de apoiar e implementar, no que lhe for possível, todos os projetos e iniciativas que visem erradicar as causas da desigualdade social e promover o combate à pobreza.

III.7 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em apoiar e promover todas as iniciativas no sentido de combater a exploração sexual infantojuvenil, o tráfico de seres humanos e todas as formas de escravização da pessoa humana por condições indignas e degradantes.

III.8 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a defesa da cultura nacional, preservação de nossos costumes e respeito à diversidade existente entre os cidadãos, assegurando ainda que promoverá, por todos os meios ao seu alcance, programas que elevem, destaquem e divulguem esta cultura no seio da classe trabalhadora.

III.9 – A **CSB** proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar pela plena participação da sociedade brasileira – mulheres, jovens, idosos, adolescente, portadores de necessidades especiais, povos originários, etc. – em todas as instâncias e/ou entidades que tenham por finalidade deliberar sobre assuntos de seus interesses.





[www.csbbrasil.org.br](http://www.csbbrasil.org.br)





**SINDICATOS FORTES  
BRASIL MAIS JUSTO**  
AMPLIAR DIREITOS E AUMENTAR A RENDA

Realização:



Patrocínio:



Apoio:

